

Das contas acima, as que apresentaram maior variação são: Créditos Tributários a Receber - ISS, Créditos de Transferências a Receber de Fundo de Participação dos Municípios e ICMS.

A contabilização foi feita automaticamente pelo sistema, e na época o sistema que o Município utilizava estava apresentando muitos erros e inconsistência, e os lançamentos eram feitos com base nas informações disponíveis no momento. Tal situação culminou na substituição do sistema em dezembro/2018.

3) Imobilizado

Conforme a 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em sua parte II, onde dispõe sobre os procedimentos Contábeis Patrimoniais, pág. 166, "o Ativo Imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens". Assim sendo, informamos relativo a este grupo do Balanço Patrimonial seguinte detalhamento, considerando a especificação por tipo de bem e respectivas contas, a saber:

IMOBILIZADO	2016	2017
BENS MÓVEIS	82.732.524,60	86.366.459,68
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	30.187.563,05	30.830.163,35
BENS DE INFORMÁTICA	15.822.421,03	16.604.621,04
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.608.182,65	12.245.795,91
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	2.447.546,61	2.491.847,11
VEÍCULOS	22.401.190,89	22.775.791,89
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.262.620,37	1.418.240,38
BENS IMÓVEIS	666.271.331,46	685.712.290,70
BENS DE USO ESPECIAL	459.096.915,86	461.457.282,39
EDIFICAÇÕES	15.484.676,08	20.656.695,90
TERRENOS	3.766.516,23	3.766.516,23
INSTALAÇÕES	79.126,57	91.593,57
BENS DE USO COMUM DO POVO	187.844.096,72	199.724.144,80
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	-	16.057,81
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	- 16.263,89	- 146.097,00
TOTAL	748.987.592,17	771.932.653,38

O grupo apresentou crescimento próximo de 23 milhões, decorrente dos investimentos feitos pelo Município especialmente em edificações e bens de uso comum que são as ruas, estradas, praças, parques, pontes, etc.

4) Intangível

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em sua 74. edição, Parte V, p. 387, o grupo do Ativo Intangível "compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade". Pode também ser definido como "um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais", (p. 176). Ainda segundo o Manual (p. 161), os ativos intangíveis "são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment)".

Quanto ao reconhecimento nas demonstrações contábeis, só é reconhecido quando, cumulativamente: a. for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e b. o custo do ativo possa ser mensurado com segurança (p. 161).

INTANGÍVEL	2016	2017
INTANGÍVEL	7.893,86	7.893,86
SOFTWARES	7.893,86	7.893,86
TOTAL	7.893,86	7.893,86

Observa-se que não houve alteração nos registros desse bem, conforme informações disponíveis no momento.

5) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto prazo

A Entidade apresenta para este subgrupo do Passivo Circulante a composição e especificação dos seus saldos conforme a seguir:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2016	2017
Pessoal a pagar	23.474.197,82	23.235.765,73
Benefícios previdenciários a pagar	-	-
Encargos sociais a pagar	4.193.917,48	3.266.922,87
TOTAL	27.668.115,30	26.502.688,60

Observa-se que não houve grande variação no saldo das contas.

6) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto prazo

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, este subgrupo do grupo Passivo Circulante "compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo." (MCASP, 7.ed, p. 387).

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO	2016	2017
Fornecedores nacionais	2.562.685,64	5.240.434,61
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONIS DO EXERCÍCIO	22.588.209,85	-
Fornecedores nacionais - decisões judiciais - exceto precatórios	-	86.674,81
TOTAL	25.150.895,49	5.327.109,42

A variação nesse grupo, conforme já relatado, se deve ao fato de que o Município fechou 2016 com problemas financeiros, ficando o valor de 25 milhões a pagar, que representam em sua maior parte empenhos liquidados e não pagos. Como no ano de 2017 foi restabelecido o controle financeiro, o valor a pagar aos fornecedores baixou para 5 milhões.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito

LUIZ CARLOS CRUZ MOREIRA
Controlador Interno

CRISTIANE MIRANDA
Técnico em Contabilidade
CRC/PR 64997/O-3

Federais perdem 73% da verba para estrutura em 10 anos

Papel da pesquisa científica brasileira de instituições federais foi evidenciado durante a pandemia do novo coronavírus

Diminuiu em 73%, nos últimos 10 anos, a verba repassada para universidades e institutos federais investirem em infraestrutura: comprarem equipamentos para laboratórios, trocarem computadores e reformarem salas de aula e bibliotecas. Um levantamento do G1 aponta que a quantia em 2010 era de R\$ 2,78 bilhões - e caiu para bem menos da metade em 2019 (R\$ 760 milhões). Os valores foram corrigidos pela inflação.

Com cada vez menos dinheiro para fazer investimentos, as univer-

sidades têm obras inacabadas, laboratórios defasados e dificuldades para ampliar a oferta de vagas. As pesquisas científicas também sentem o baque: faltam condições para conduzir estudos de relevância para o país.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, por exemplo, os prédios dos cursos de química e de farmácia não foram concluídos. "São áreas que não só formariam profissionais como também produziam medicamentos inovadores", diz Antonio

Claudio Lucas da Nóbrega, reitor da instituição.

Em Oriximiná, no Pará, a UFF gerencia uma maternidade-escola, mas não consegue recursos para ampliar o atendimento. E em Nova Friburgo, no Rio, a clínica de fonoaudiologia da universidade funciona em uma casa alugada, fora do campus, segundo o reitor. "Precisaríamos construir um novo espaço para atendimento, que ajudasse a população local. A falta de investimento traz um impacto direto na qualidade de vida dos

moradores", diz Nóbrega.

A importância dos investimentos em instituições federais ficou mais evidente durante a pandemia do novo coronavírus. A urgência de desenvolver novos medicamentos e de criar uma vacina mostra como o incentivo à ciência é essencial, dizem especialistas.

Pró-reitor de planejamento, orçamento e finanças da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Fernando Marinho Mezzadri diz que "pesquisa requer infraestrutura, recurso". ■

Marcos Solivan/UFPR



A Universidade Federal do Paraná está entre as instituições atingidas pela diminuição de recursos